Ata da 29ª Reunião do Comitê Estadual para Refugiados - CER/SP

Realizada em 09-08-2018 na sede da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Compareceram os membros representantes da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania - SJDC, Casa Civil, Secretaria de Planejamento e Gestão – SPG, Secretaria da Educação – SEE, Secretaria da Saúde – SES, Secretaria da Cultura – SC, Secretaria de Segurança Pública – SSP, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR, Caritas Arquidiocesana de São Paulo, e, como convidados, os representantes do Centro de Apoio e Pastoral do Migrante – CAMI, Missão Paz, Compassiva, e SESC São Paulo. Ausências justificadas pela Secretaria do Desenvolvimento Social – SEDS e Secretaria da Habitação – SEHAB.

Constavam do expediente preliminar: 1) Aprovação da Ata da Reunião Extraordinária do CER em 25/06/2018; 2) Plano Estadual de Migração e Refúgio – Comissão para expedição de ofícios para as Secretarias; 3) Apresentação dos resultados do ODSLab Integração socioeconômica de refugiados no estado de São Paulo; 4) Informações do GT Mapa de Integração do Refugiados em São Paulo; 5) Carta do Comitê sobre caso de imigrantes em ocupações; 6) Assuntos gerais.

***A pauta da reunião foi alterada devido a urgência de discussão e providências sobre caso enfrentado por haitianos em Guaianazes.**

1. Ata APROVADA;

2. Este item não foi discutido;

3 e 4. Relembrou-se que nos dias 28/02/2018, 01/03/2018 e 26/03/2018, aconteceu o Laboratório ODS sobre Inserção socioeconômica de refugiados no Estado de São Paulo. Atividade proposta pela Assessoria Especial para Assuntos Internacionais em parceria com a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, Fundação Seade, OSCIP Agenda Pública e Agência CAUSE.

Participaram das discussões a Secretaria Estadual da Justiça e da Defesa da Cidadania, representada pelo Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e pela Coordenação Geral de Apoio aos Programas de Defesa da Cidadania, Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Secretaria Estadual da Saúde, Secretaria Estadual de Segurança Pública, CONARE, PARR, Migraflix, representantes de Universidades e refugiados.

O relatório final foi apresentado no Palácio dos Bandeirantes no dia 20/07/2018. Na Parte 1, foram levantados os obstáculos e desafios enfrentados pelos refugiados em São Paulo em todas as etapas do processo de integração. Os desafios foram divididos em grandes grupos: Integração cultural; Acesso a serviços/cidadania; Trabalho, emprego e renda; Burocracia, qualidade dos serviços e acesso à informação; Reunificação familiar e Governança; Comunicação social e informação. Na Parte 2, encontram-se os aprendizados obtidos após apresentação do Cônsul do Canadá, Stéphane Larue, que compartilhou as boas práticas do Canadá no processo de reassentamento e patrocínio privado para refugiados. E, também, ensinamentos do professor

Eduardo Grin, em relação a coordenação e cooperação governamental. Na Parte 3, foram propostas ações de curto, médio, e longo prazo, necessárias para superar os desafios levantados na Parte 1. E para cada ação, quais seriam os atores envolvidos e responsáveis pela realização e acompanhamento. Na Parte 4, foi proposto de onde viriam os recursos, financeiros e humanos, para a implementação deste plano. Alguns modelos de negócio foram levantados por favorecer o envolvimento do setor privado.

O Comitê Estadual para Refugiados foi definido como o espaço para debate, solução de controvérsias e coordenação da implementação deste Plano de Trabalho. Para dar início ao plano, foram votadas e elencadas as ações de curto prazo prioritárias, e como prioridade 1 e 2 estão a criação de um fluxo para integração do refugiado e um mapeamento dos serviços destinados ao atendimento de refugiados em São Paulo. Posto isso, um projeto de pesquisa foi desenhado e proposto ao Comitê Estadual para Refugiados, quando voluntários foram destacados e formou-se um Grupo de Trabalho intitulado “Mapa de Integração do Refugiado”.

O GT iniciou suas atividades em 24/05/2018, e desde então se reúne a cada 15 dias. Para levantar as necessidades dos refugiados e quais obstáculos enfrentaram desde a chegada até o momento atual, foram realizadas entrevistas com refugiados de diferentes etnias e perfis. Após esta etapa, as organizações e projetos com serviços destinados para refugiados foram entrevistados. A previsão para apresentação dos resultados deste trabalho é para novembro de 2018.

5. A coordenadora-substituta do CER retomou o caso trazido pelo CAMI, sobre as 38 famílias de haitianos que foram despejadas de suas casas em Guaianazes, totalizando 400 pessoas. Dois representantes deste grupo foram convidados para participar da reunião e dar seus depoimentos sobre as condições em que se encontram atualmente. Os jovens rapazes contaram que as famílias compraram pequenas casas há poucos anos atrás e que a subprefeitura de Guaianazes os despejou este ano alegando estarem em situação irregular, em terreno ocupado ilegalmente. Na época, os imigrantes receberam a proposta para comprar as casas por uma pessoa que se dizia ser da prefeitura, e pagaram de R$2.000 à R$5.000,00 por cada casa. As famílias contam hoje somente com o apoio do pastor Fritz, da igreja batista haitiana, que os acolheu neste momento emergencial. O pastor também participou da reunião e pediu ajuda aos membros do Comitê, desde a questão da moradia até doação de cobertores, roupas e cestas básicas, e disponibilidade de vagas de emprego. Um semana antes desta reunião, a coordenadora-substituta do CER acompanhou as famílias em uma audiência com o subprefeito de Guaianazes, ocasião em que cadastraram todos os haitianos no programa da COHAB. Diante deste fato, a coordenadora-substituta marcou uma audiência na COHAB, onde foi atendida pelo presidente da instituição, que alegou que os haitianos não teriam prioridade e aguardariam na fila de espera como qualquer solicitante.

Os jovens haitianos contam que buscaram ajuda no CRAS de referência da região e não obtiveram sucesso em se cadastrar no CadUnico e nem qualquer retorno pela assistência social. Das 400 pessoas despejadas, somente 5% está trabalhando e são estes que sustentam o restante da comunidade. Reivindicam mais atenção do governo de São Paulo com os haitianos. Se sentem rejeitados,

ainda mais agora diante da atenção e assistência que os refugiados venezuelanos estão recebendo pelo poder público. Essa preferência está criando xenofobia na população e aumentando a discriminação entre os próprios imigrantes.

O representante do CAMI que acompanha o grupo e luta diariamente pela resolução desta situação, afirma que a política municipal para imigrantes de fato não funciona, e que o grupo está aguardando e precisa urgentemente de uma resposta do poder municipal. A coordenadora-substituta propõe que o CER faça uma Carta endereçada ao município para providências imediatas, todos os membros são a favor e assinarão a Carta, com ressalva de algumas pessoas que concordaram mas terão que consultar suas organizações. A representante da SC sugere que, além da Carta, seja solicitada uma nova audiência com o subprefeito de Guaianazes, e que a SEHAB e SEDS, membros deste Comitê e ausentes nesta reunião, sejam convocadas para uma reunião e atendam esta demanda com a devida prioridade.

A representante do CAMI contextualiza a migração haitiana para São Paulo, e expõe sobre a vulnerabilidade a que grupos de haitianos estão submetidos desde então. Relembra sobre reunião com o Ministério da Justiça antes do primeiro grupo de venezuelanos ser interiorizado para São Paulo, momento em que se expressou e colocou sua preocupação com a maneira como o processo seria feito e quais consequências iria gerar. A questão não se resume a haitianos, visto que há grupos de congoleses e angolanos que ainda estão sem documentação devido a morosidade no processo de avaliação das solicitações de refúgio pelo CONARE.

A representante da Missão Paz conta que na ausência de um Consulado do Haiti em São Paulo, muitas vezes a Missão Paz acaba cumprindo o papel de regularização que seria do consulado. A organização mantém contato direto com a Embaixada do Haiti em Brasília. Disponibiliza a instituição para auxílio ao que for possível. Reforça que há uma ausência de uma política migratória para cumprir as leis existentes. Por exemplo, a questão do Plano Estadual sobre Migração e Refúgio estar novamente em discussão e não conseguir aprovação há alguns anos.

A representante da SES afirma com estranhamento que não estava sabendo desta comunidade haitiana em Guaianazes, e se prontifica a atender qualquer demanda da comunidade no Hospital Estadual de Guaianazes. Seguida pela representante da SSP, mais especificamente do DHPP, que explica a estrutura de funcionamento das delegacias. Recomenda que para qualquer demanda que tiverem, devem encaminhar para a unidade que atende casos de tráfico de pessoas e trabalho escravo, e à DECRADI – Delegacia de crimes raciais e delitos de Intolerância, delegacia especializada em crimes de racismo e todos os tipos de intolerância e discriminação. O representante do CAMI informa que os haitianos já registraram o caso em uma delegacia, a delegada pede acesso aos inquéritos deste processo para auxiliar nos contatos com quem está responsável pelo caso.

O representante da SC coloca a necessidade de aproximar os secretários estaduais da SJDC, SEDS e SEHAB para discutir esta situação. Sugere também um contato do secretário da SJDC com o prefeito de São Paulo. Ressalta o

cuidado com a questão xenofóbica entre as comunidades e uma maior interlocução com os municípios para interiorização da população migrante.

A representante da SES sugere que seja feito um senso para identificar o número de imigrantes em vulnerabilidade em São Paulo. Conta que descobriu comunidades de imigrantes em municípios do estado só porque começaram a buscar remédios nos postos de saúde. Discutiu-se de que forma poderia ser feito este senso com as informações já existentes na Polícia Federal, no CadÚnico, Cartão SUS, matrículas em escolas, e através de busca ativa nas comunidades (ONG's e servidores da saúde e assistência social).

A SEE comenta sobre as cartilhas encaminhadas por e-mail. As cartilhas contém orientações sobre a matrícula e o acolhimento aos imigrantes nas escolas estaduais. Convida para um evento de apresentação das estratégias contidas no material para professores. A representante do SESC conta sobre o curso do SESC de formação para professores da rede municipal neste tema. Nos encontros 2 imigrantes ou refugiados dão seus depoimentos. Normalmente 100 professores participam do encontro. Tem interesse em levar este curso para a rede estadual.

O pastor Fritz direciona algumas solicitações aos membros do Comitê. Dentre as solicitações, pede ao representante da Casa Civil doações de alimentos e roupas. A representante da Caritas recomenda que o Fundo Social de Solidariedade seja consultado, o que é feito pela coordenadora-substituta do CER logo após a reunião. O Fundo Social atendeu à solicitação com a doação de 30 cestas básicas, 50 cobertores e 10 caixas de roupas usadas, que foram entregues pela coordenadora-substituta do CER.